



RELATÓRIO & CONTAS 2019

22 DE JUNHO DE 2020

Índice

1. RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019	3
1.1 ENQUADRAMENTO LEGAL DA PRÓ-CAPITAL, SA SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO 3	
1.2 ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO	4
1.3 ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL	5
1.4 ORGANIZAÇÃO INTERNA	6
1.5 COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL	7
1.6 PROGRAMAS DE INVESTIMENTO	8
1.7 AS PARTICIPADAS	9
1.7.1 AGRUPAMENTO COMPLEMENTAR DE EMPRESAS (ACE) PRÓ-TÁXI, SA.....	9
1.7.2 HOTEL HAPPY DAY, SA	9
1.8 POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCOS.....	9
1.9 PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO DA PRÓ-CAPITAL.....	9
1.10 EVENTOS SUBSEQUENTES	10
1.11 PARTICIPAÇÃO EM NOVAS EMPRESAS.....	11
1.12 POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES.....	11
1.13 SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	12
1.14 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	13
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
3. NOTA FINAL	15
ANEXOS.....	16
ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	17
ANEXO II: RECURSOS HUMANOS.....	41
ANEXO III - RELATÓRIO DE AUDITORIA E PARECER DO FISCAL ÚNICO	45

conforme a seguinte cronologia para a sua operacionalização:

- Aviso 4/2018 de 18 de maio do Banco de Cabo Verde que autoriza a constituição da Pró-Capital
- Certificado de Registo 02/2019 de 24 de maio

1.2 ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO

O enquadramento externo da economia Cabo-verdiana, ainda que menos favorável em 2019, continuou a beneficiar a procura externa dirigida ao país e o financiamento na economia nacional, além de contribuir para a redução da inflação importada²

De acordo com as estimativas preliminares do Fundo Monetário Internacional, as economias da Área do Euro e dos EUA registaram um desempenho aquém do observado no ano anterior, crescendo, em volume, respetivamente, 1,2% e 2,3% (o que compara às taxas de crescimento de 1,9% e 2,9% de 2018).

As condições do mercado de trabalho nos principais parceiros do país continuaram a melhorar nos últimos três meses. As taxas de desemprego na Área do Euro e no Reino Unido fixaram-se, respetivamente, em 7,5% e 3,8% em novembro passado, valores inferiores aos registados em novembro de 2018 em 0,4 e 0,2 pontos percentuais.

A Economia Cabo-verdiana manteve a trajetória de crescimento verificada em 2016 com registo de taxa de crescimento do PIB de 4,7%, seguido de 3,7% em 2017, 5,1% em 2018 e 5,2% em 2019.

Neste contexto a taxa de desemprego tem diminuído sucessivamente de acordo com dados do INE, tendo variado de 15% em 2016 para 12,2% em 2017 e 11,5% para 2018. A expectativa é de manutenção da tendência decrescente do desemprego.

Em termos de perspetivas, as atuais projeções do Banco de Cabo Verde apontam para a manutenção do ritmo de crescimento económico em torno de cinco por cento em 2019 e 2020 e para o aumento dos preços no consumidor, em termos médios anuais, em 12% para 2019 e 1,3% em 2020 sustentado, no presente ano na dinâmica dos consumos privado e público, bem como das exportações líquidas e, no próximo ano, num maior dinamismo dos investimentos.

Num contexto de livre circulação dos movimentos de capitais é de se realçar o aumento das reservas externas do país que se situam em 5 meses de importação

Dando continuidade à sua política de expansão da oferta monetária e de redução das taxas de juros de referência, o Banco de Cabo Verde procedeu aos 31 de maio de 2019 a alteração da estrutura das taxas de juro com vista a melhorar a eficácia do mecanismo de transmissão monetária baixando a taxa das Facilidades Permanentes de Cedência de Liquidez (FPC) em cerca de 150 pontos base, de 4,5 para 3,0%.

Mais ainda, a Pró-Garante (Fundo de Garantia Parcial de Crédito de 10 milhões de dólares) iniciou as suas atividades, reforçando assim os estímulos ao crédito e ao crescimento económico no âmbito do Ecossistema de Financiamento à Economia de

² Comunicado do Comité de Política Monetária do BCV nº 3/2019.

que a Pró-Capital é parte integrante na modalidade de Capital de risco.

Antecipando uma maior eficácia das medidas orçamentais de partilha de risco, o crescimento do crédito à economia poderá, em 2019 e 2020, aproximar-se dos três e quatro por cento, respetivamente.

1.3 ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

Em cumprimento do seu mandato, e no âmbito das suas atribuições de instituição financeira supervisionada pelo Banco de Cabo Verde, a Administração da Pró-Capital procurou dotar a instituição dos recursos técnicos e operacionais bem como implementar os instrumentos de gestão previsional aprovados pela Assembleia Geral.

MISSÃO

Afirmar-se como uma instituição financeira nacional, sólida, norteada pelo rigor e transparência e reconhecida pelo seu papel na criação e desenvolvimento de empresas mediante o suprimento de capital e a assistência técnica e financeira na profissionalização da gestão do negócio.

VISÃO

Impor-se como instituição de promoção do capital de risco em Cabo Verde contribuindo para a afirmação deste instrumento financeiro e assim a desenvolvimento e fortalecimento do tecido empresarial.

EIXOS ESTRATÉGICOS

A Pró-Capital, assenta a sua atuação em quatro Eixos Estratégicos:

- Desenvolvimento Institucional e Promoção do Capital de Risco
- Fomento do Investimento Privado
- Promoção de Parcerias Estratégicas para o Desenvolvimento Empresarial
- Prestação de serviços financeiros

A Pró-Capital definiu também como orientação estratégica a promoção e gestão de fundos de apoio à iniciativa empresarial, geral ou específica, públicos ou privados, de origem interna ou externa bem como a atração de Fundos de Investimentos para financiamento de projetos do setor privado ou PPP.

OBJETIVOS

- Crescer organicamente e crescer por aquisições
- Facilitar o acesso ao financiamento de empresa do setor privado
- Promover o capital de risco
- Dinamizar o Ecosistema de financiamento à economia

ESTRUTURA DE CAPITAL

A Pró-Capital é uma sociedade de capital de risco de capitais exclusivamente públicos. O capital social é de quinhentos e cinquenta e um milhões de escudos, totalmente subscrito pelo Estado de Cabo Verde. O capital social é representado por ações nominativas com valor nominal de mil escudos, em títulos de um, cinco, dez, cinquenta, cem, mil e dez mil ações.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Órgãos Sociais da Pró-Capital tomaram posse em abril de 2019, sendo constituído pelos seguintes membros:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Dr. Pedro Mendes Barros
Secretário	Dr. Alcindo Vieira

Conselho de Administração

Presidente	Dra. Adalgisa Barbosa Vaz
Administrador	Eng. Júlio Fortes
Administrador	Dra. Lígia Pinto
Suplente	Dra. Micas Prazeres
Fiscal Único	Dr. Bruno Lopes
Fiscal Único Suplente	Dr. Nikolai Barbosa

1.4 ORGANIZAÇÃO INTERNA

Nos primeiros meses, todos os esforços dos Órgãos Sociais centraram-se na estruturação da organização e na adequação de meios, em termos de instalações, recursos humanos, instrumentos de gestão, normas e procedimentos internos paralelamente as atividades de promoção e divulgação da Pró-Capital junto da classe empresarial e das autoridades centrais e locais.

Com efeito, na prossecução dos seus objetivos a Pró-Capital dotou-se de uma Estrutura orgânica e de meios humanos e materiais em linha com as orientações e normativos do Banco de Cabo Verde nomeadamente. Aviso n.º 4, n.º 5, n.º 6 e n.º 7 2017, de 7 de setembro, publicados no BO n.º 46, II Série.

Em reforço da sua política de desenvolvimento de Recursos Humanos a Administração implementou o Estatuto do Pessoal bem como o Plano de Cargo Carreira e Salários com base na sua organização funcional.

No que diz respeito ao Orçamento de Exploração a Administração zelou pela eficiência na contenção de custos aproveitando as sinergias com outras instituições do aparelho do Estado e as facilidades de leasing e de outsourcing.

Com a adoção do Plano de aplicações financeiras procurou-se otimizar os recursos da instituição nesta fase de arranque em que os resultados de exploração incidem essencialmente nos rendimentos de aplicações e na contenção de custos.

É assim que a Pró-Capital foi dotada, no exercício findo, dos seguintes instrumentos de gestão no intuito de motivar e engajar todo o pessoal na boa condução dos negócios:

- Manual de Procedimentos para Análise e Aprovação de Projetos e Investimentos que incorpora os normativos do Banco de Cabo Verde nomeadamente no respeitante à política de prevenção e gestão de conflitos de interesses.
- Normas e Procedimentos para o Departamento Administrativo e Financeiro à luz das disposições regulamentares respeitante ao controlo interno e a segregação de funções.
- Estatutos do Pessoal e PCCS
- Modelo de Acordo Parassocial
- Código de Ética

Em 31 de dezembro de 2019, o quadro de pessoal conta com 9 colaboradores

Unidade Orgânica	Nº de Colaboradores
Direção Administrativa e Financeira	5
Direção Comercial	3
Área de Informação de Gestão	1
Total	9

A Pró-Capital instalou, no ano findo, uma plataforma de Gestão de Informação Financeira que garante uma maior integração da informação financeira, o acompanhamento das participadas e a facilidade de incorporação na plataforma global de gestão de informação da empresa.

Foram tomadas medidas para a expansão da presença digital da Pró-Capital no quadro de uma política de colaboração e de parceria com o NOSi com vista ao desenvolvimento de uma plataforma de gestão da informação gerada e recebida pela PRÓ-CAPITAL, garantindo o diálogo e troca de informação em tempo útil com as empresas interessadas. Mais ainda esta parceria com o NOSI visa cobrir, no âmbito da plataforma, todo o ciclo de desenvolvimento de projetos e de acompanhamento das participadas.

Para o efeito, optou-se pelo desenvolvimento de programas que permitam o uso da plataforma governamental na produção e partilha de informações através das aplicações do Microsoft Office e outros instrumentos de colaboração (SIC).

1.5 COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

Os membros dos Órgãos Sociais da Pró Capital acompanharam, no decorrer do ano findo, o projeto de fusão da Pró-Capital com a Sociedade de Desenvolvimento Empresarial (SDE) que não se concretizou, tendo o Estado, acionista único das duas instituições, optado mediante uma Deliberação Unânime, pela liquidação voluntária da SDE aos 10 de outubro de 2019.

A Pró-Capital implementou um intenso programa de parceria com os bancos locais no intuito de alavancar os seus recursos e facilitar acesso ao financiamento das PMEs.

Enquanto membro do Comité de Pilotagem do Programa de Apoio ao Setor de Energias Renováveis (PASER) a Pró-Capital participou durante o ano nos encontros de acompanhamento das atividades deste projeto financiado pela Cooperação Luxemburguesa.

No âmbito do seu programa de divulgação da empresa e do instrumento de Capital de risco a Administração e a equipa da Pró-Capital efetuaram visitas aos municípios das ilhas de Santiago, Fogo, S. Vicente, S. Nicolau, S. Antão e Sal para contactos com classe empresarial, autoridades locais, Câmaras de Comércio.

A Pró-Capital participou em 2019 nos Cabo Verde Investment Forum do Sal e de Boston, assim como na FIC.

1.6 PROGRAMAS DE INVESTIMENTO

Apesar do início de atividade ter ocorrido em maio de 2019, a Pró-Capital registou uma significativa procura de financiamento pelas empresas nacionais.

Da análise da Carteira Total de Investimentos, verifica-se que deram entrada de julho a dezembro de 2019, 26 (Vinte e Seis) Projetos de Investimentos, de diversos sectores de atividades com uma boa cobertura territorial, num montante total de investimento de CVE 3.426.645.455, conforme o quadro abaixo.

SECTOR	PROJECTOS / EMPRESAS	V.TOTAL INVESTIMENTO (CVE)	Nº POSTOS DE TRABALHO
1.TECNOLOGIA	2	120.26.180	53
2.TURISMO E RESTAURAÇÃO	6	1.302.455.718	108
3.AGRICULTURA,PECUÁRIA & PESCA	5	563.325.223	185
4.ECONOMIA MARITIMA	4	285.300.781	339
5.ENERGIAS RENOVÁVEIS	1	44.951.513	1
6.SAÚDE	2	184.983.324	22
7.INDÚSTRIA	6	663.113.636	65
8.SECTOR IMOBILIÁRIA	1	548.990.080	25
9. TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1	34.200.000	18
TOTAL	26	3.426.645.455	816

Deste montante, foram financiadas, nos primeiros seis meses de atividade da Pró Capital, duas Sociedades, uma da área dos transportes de táxi e a outra no Ramo da Hotelaria, ambas com Sede na Capital, representando um investimento global de CVE 213.961.087 e participação de CVE 29.200.000.

Importa referir que a Pró-Capital complementou a sua atividade de fomento empresarial e de identificação de oportunidades de negócios com sessões de divulgação do capital de risco e das atribuições da empresa com impedimentos legais de financiamento de operações do setor da imobiliária.

1.7 AS PARTICIPADAS

A Pró-Capital, SA, possui na sua carteira de participadas a 31 de dezembro de 2019 duas empresas.

1.7.1 AGRUPAMENTO COMPLEMENTAR DE EMPRESAS (ACE) PRÓ-TÁXI, SA

Trata-se de uma empresa com um Capital Social de CVE 11.000.000 com sede social na cidade da Praia e que tem como objeto social apoio às atividades dos agrupados industriais de táxis, e facilitar o desenvolvimento da sua atividade económica, nomeadamente no apoio à obtenção de crédito junto do banco para os membros de agrupamento.

1.7.2 HOTEL HAPPY DAY, SA

É uma empresa no sector hoteleiro, que irá funcionar com 32 quartos e que está em fase de arranque das atividades, com sede na Cidade da Praia, Palmarejo Grande-Próximo da Escola de Hotelaria e Turismo, com um Capital Social de CVE 95.000.000.

1.8 POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCOS

O principal risco a que a Sociedade se encontra exposta é o risco de variação no justo valor dos seus investimentos em participações financeiras e empréstimos. Este risco é gerido através de procedimentos de análise e aprovação de novas entradas no capital, e de procedimentos de acompanhamento frequente e regular da atividade das participadas.

A descrição pormenorizada do tratamento dos riscos encontra-se na página 39, parágrafo 23 dos Anexos – Informação Relativa a Instrumentos Financeiros (*Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Sociedade*).

1.9 PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO DA PRÓ-CAPITAL

Para o exercício de 2020 a Pró-Capital irá continuar e acelerar a estratégia de consolidação da empresa enquanto instituição de capital de risco com o intuito de ser uma referência no mercado de promoção do empresariado nacional e de facilitação de acesso ao financiamento e assim aumentar a sua carteira de participadas e melhorar sua rentabilidade. Definiu-se como prioritárias as seguintes ações:

- a. Desenvolvimento da imagem institucional da Pró-Capital e promoção do Capital de Risco no mercado interno;
- b. Mobilizar recursos junto de parceiros externos para criação de um Fundo de Capital de Risco para PMEs;

- c. Reforço do acompanhamento e desenvolvimento de projetos de participação com vista à promoção de novos investimentos e da carteira de investimentos;
- d. Gestão racional da carteira de títulos de rendimento face a alternativas de investimentos;
- e. Procura de rentabilidade financeira pela consolidação de resultados financeiros, do lado do Produto Bancário (melhoria da Margem Financeira e da Margem Complementar), como do lado dos Custos de Estrutura, procurando sua minimização.

Atendendo a Pandemia do COVID-19 e as suas consequências na economia com estimativa de crescimento negativo em -4% do PIB em resultado do duplo choque sobre a oferta e procura a nível mundial. Em consequência, o Governo de Cabo Verde adotou uma série de medidas de apoio às empresas às quais a Pró-Capital se associa. Nesse sentido, propõe-se reforçar a comunicação com o empresariado nacional promovendo novas oportunidades de investimento, a procura e reforço de novas parcerias com instituições financeira e fontes de financiamento, assim como agilizar os processos de análise e aprovação de projetos de participação.

1.10 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não são conhecidos factos que tenham ocorrido após 31 de dezembro de 2019, mormente relacionados com a pandemia do COVID-19, que possam influenciar de forma significativa as contas apresentadas, ou que coloquem em causa a continuidade de exploração da Sociedade.

O surto do novo coronavírus, responsável pela epidemia COVID-19 surgido em Wuhan, na China, em dezembro de 2019 e declarado a 11 de março situação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), provocou um duplo choque de oferta e de demanda com incidência negativas nas empresas, nos governos e nas famílias. Após aparecimento do primeiro caso de transmissão local em Cabo Verde que resultou na declaração do Estado de Emergência, o Governo e o Banco de Cabo Verde lançaram um vasto programa de estímulo a economia visando salvaguardar as empresas, preservar os postos de trabalho em complemento aos esforços para conter a crise sanitária e social.

Atendendo a recomendação a nível mundial de implementação de programas em fases contemplando planos de emergência, de relançamento e de reestruturação, a Pró-Capital está a acompanhar de perto a evolução da situação na perspetiva de identificação de oportunidades de investimento em prol do empresariado nacional e da retoma do crescimento económico. Mais ainda, a Pró-Capital prestou assistência a suas participadas na negociação de moratória e outras facilidades lançadas pelo Governo.

De sublinhar que apenas a Happy Day, em fase de carência no período de construção, solicitou moratória junto do BCA tendo a Pró-Táxi cumprido com o plano financeiro atendendo à existência da almofada financeira do ACE.

É de se notar que a pandemia, para as sociedades de capital de risco, classificadas como investidor paciente atendendo o tempo mínimo de 5 anos para a retirada, representa uma oportunidade de investimentos num contexto em que várias empresas procurarão capital para reorientarem os seus negócios. Mais ainda, todos os países projetam, a

partir de 2021, um “novo normal” com a retoma da atividade económica e crescimento da economia.

Do ponto de vista social e como resultado da evolução da pandemia, a Pró-Capital adotou internamente um Plano de Prevenção e Atuação Face ao Coronavírus-COVID-19 que visa a prevenção e controlo de infeção de eventuais casos de Coronavírus COVID-19 na empresa, estabelecendo os procedimentos de atuação de todos os colaboradores da Pró-Capital perante a ocorrência de uma ou mais situações de Coronavírus COVID-19. Estima-se que os investimentos derivados deste Plano poderão ter um impacto marginal nos custos operacionais da empresa.

1.11 PARTICIPAÇÃO EM NOVAS EMPRESAS

A Pró-Capital pretende operacionalizar uma carteira de investimentos de cerca de CVE 200.000.000 durante o exercício de 2020.

1.12 POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

As remunerações dos Órgãos Sociais e as regalias concedidas são definidas pela Assembleia Geral com representação do acionista único, o Estado de Cabo Verde.

As remunerações dos colaboradores seguem a prática vigente na sociedade e são definidas pelo Conselho de Administração.

As remunerações do Auditor Interno apenas dizem respeito aos últimos cinco meses de 2018, coincidindo com os meses em que a Pró-Capital esteve operacional. O Auditor Interno não prestou nenhum outro serviço à empresa.

As demais normas concernentes ao pessoal encontram-se plasmadas no Estatuto do Pessoal e no Manual de Normas e Procedimentos em vigor na sociedade.

	2019	2018
Remunerações de Colaboradores	5 664	-
Remunerações do Conselho de Administração	4 334	-
Remunerações dos Membros da AG	57	-
Remunerações Fiscal Único	180	-
Remunerações Auditor Interno (5 meses)	176	-
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

1.13 SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Com referência a 31 de dezembro de 2019, a Pró-Capital registou um resultado líquido negativo de CVE 15.846.737 (quinze milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, setecentos e trinta e sete escudos).

Importa sublinhar que os resultados foram afetados pela capitalização parcial da empresa com incidência direta nos rendimentos de aplicações financeiras ao 31/12/2019 à taxa média de 3,37%, num ambiente de forte descida das taxas de juro dos depósitos.

Com efeito, os resultados da Pró-Capital no exercício findo refletem o impacto negativo dos efeitos volume e preço decorrentes da não realização do capital social e da baixa das taxas de juro passivas.

Atendendo ao período de maturação dos projetos com capital de risco, a Administração centrou a sua atenção na rentabilização dos recursos disponíveis pela boa gestão da tesouraria com otimização das aplicações financeiras à melhor taxa mediante aplicações em depósito a prazo e obrigações de empresas privadas.

O Produto Bancário no montante de CVE 160.415 justifica-se pela constituição de depósitos a prazo em finais de 2019 (CVE 50.179.178) e pelas aplicações em obrigações do Banco Angolano de Investimento (CVE 21.278.690) no mesmo período.

Os Custos de Estrutura, cobrindo os Gastos com Pessoal, os Gastos Administrativos e as Amortizações somam CVE 16.007.152, dos quais a rubrica Gastos com pessoal representa em 31 de dezembro de 2019, 71% do custo total.

O Ativo Líquido é de CVE 140.724.405 em resultado da não realização total do Capital Social estatutário de CVE 551.000.000, estando por realizar 72,99%, ou seja, CVE 401.679.000.

Os ativos financeiros ao justo valor através de resultados representam 15% do Ativo Líquido no montante de CVE 21.200.000 e respeitante aos desembolsos em 2019 dos investimentos aprovados pela Pró-Capital.

As Aplicações em Instituições de Crédito representam 35,66% do ativo líquido.

Outros Ativos tangíveis, em que os meios de transporte têm o maior peso, representam 4,75% do Ativo Líquido da sociedade.

Os Capitais Próprios da Pró-Capital somam CVE 132.977.085 a 31 de dezembro de 2019, representando 94,5% dos ativos líquidos.

Os Passivos Totais, no montante de CVE 7.747.320, representam 5,51% do ativo líquido sendo CVE 4.566.885, Recursos de outras Instituições de Crédito, representando 3,25% do Ativo Líquido e, Outros Passivos no montante de CVE 3.180.435 representando 2,26% do ativo líquido.

O Capital Social realizado a 31 de dezembro de 2019 é de CVE 148.823.822 (cento e quarenta e oito milhões, oitocentos e vinte e três mil, oitocentos e vinte e dois escudos).

1.14 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que:

O ano de 2019 foi o ano de arranque da Pró-Capital, com apenas 8 meses de efetividade, tendo apurado nas suas contas um resultado líquido negativo de CVE 15.846.737.

O Conselho de Administração da Pró-Capital, nos termos e para os efeitos da alínea J) do n.º 3 ao artigo 72 do Decreto legislativo nº 2/2019 que aprovou o Código das Sociedades Comerciais, e do Artigo 12, nº 3, alínea a) dos seus Estatutos propõe que o resultado obtido no exercício de 2019, seja levado a Resultados Transitados.

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

QUADRO V: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (Em CVE)

	dez/19	Peso
Juros e rendimentos similares	208 868	
Juros e Rendimentos Créditos		
Juros dos Títulos de dívida		
Juros títulos dos outros residentes		
Juros das Aplicações	208 868	
Juros e encargos similares	124 350	
Juros Recurso IC's	124 350	
MARGEM FINANCEIRA	84 518	52,69%
Rendimentos de instrumentos de capital		
Rendimentos de serviços e comissões		
Encargos com serviços e comissões	33 800	
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		
Resultados de alienação de outros activos		
Outros resultados de exploração	109 697	
Outros Proveitos de Exploração	120 028	
Outros Custos de Exploração	10 331	
MARGEM COMPLEMENTAR	75 897	47,31%
PRODUTO BANCÁRIO	160 415	100,00%
Custos com pessoal	11 377 832	71,08%
Gastos gerais administrativos	4 118 127	25,73%
Amortizações do exercício	511 193	3,19%
CUSTO DE ESTRUTURA	16 007 152	100%
Provisões líquidas de reposições e anulações	-	
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	(15 846 737)	
Títulos Mercados Secundários/Dividendos	0	
Imposto Corrente	-	
Diferidos	-	
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	(15 846 737)	

QUADRO VI: BALANÇO PATRIMONIAL

ACTIVO	dez/19			Peso
	Activo Bruto	Provisões, Imparidade e amortizações	Activo líquido	
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	30 000	0	30 000	0,02%
Disponibilidades em outras instituições de crédito	40 477 508	0	40 477 508	28,76%
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	21 200 000	0	21 200 000	15,06%
Aplicações em instituições de crédito	50 179 178	0	50 179 178	35,86%
Empréstimo a Receber	21 278 690	0	21 278 690	15,12%
Activos não correntes detidos para venda	0	0	0	0,00%
Outros activos tangíveis	7 079 193	-395 492	6 683 701	4,75%
Activos intangíveis	818 714	-115 701	703 013	0,50%
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	0	0,00%
Activos por impostos correntes	172 315	0	172 315	0,12%
Activos por impostos diferidos	0	0	0	0,00%
Outros activos	0	0	0	0,00%
Total do Activo	141 235 598	-511 193	140 724 405	100%
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO				
Recursos de outras instituições de crédito			4 566 885	3,25%
Recursos de clientes e outros empréstimos			0	
Passivos Subordinados			0	
Provisões			0	
Passivos por impostos correntes			0	
Passivos por impostos diferidos			0	
Outros passivos			3 180 435	2,26%
Total do Passivo			7 747 320	5,51%
Capital			148 823 822	105,76%
Prémios de emissão			0	0
Reservas de reavaliação			0	0
Outras reservas			0	0
resultados Transitados			0	0
Resultados transitados ajustamentos			0	0
Resultado do exercício			-15 846 737	-11,26%
Total do Capital próprio			132 977 085	94,49%
Total do Passivo e do Capital Próprio			140 724 405	100%

3. NOTA FINAL

O Conselho de Administração exprime os seus agradecimentos a todas as entidades que vem contribuindo para a afirmação da empresa no mercado nacional, em particular, os seus parceiros, clientes, Órgãos Sociais e os colaboradores pelos seus engagements firmes.

Uma nota de agradecimentos especial aos colaboradores do Banco de Cabo Verde e aos Auditores Externos.

O Conselho de Administração

Presidente

Administrador

Administrador

O Técnico Oficial Contas

Maria Idalsisa Martins



ANEXOS



ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

PRG-CAPITAL, SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SOCIEDADE UNIPESSOAL, SA.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ACTIVO	Notas	2019		2018		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2019	2018
		Ativo Bruto	imparidade e amortizações	Ativo líquido	Ativo líquido				
Caixa		30	-	30	-	- Recursos de outras instituições de	12	4 567	-
Disponibilidades em outras instituições	3	40 478	-	40 478	-	- Outros passivos	13	3 180	-
Ativos financeiros ao justo valor através	4	21 200	-	21 200	-				
Aplicações em Instituições de Crédito	6	50 179	-	50 179	-	Total do Passivo		7 747	-
Empréstimos e contas a receber	7	21 279	-	21 279	-				
Outros activos tangíveis	8	7 079	(395)	6 684	-	- Capital	14	148 824	-
Ativos intangíveis	9	819	(116)	703	-	- Outras reservas e resultados trans	15	-	-
Ativos por impostos correntes	10	172	-	172	-	- Resultado do exercício	15	(15 847)	-
Outros ativos	11	-	-	-	-				
Total do Ativo		141 236	(511)	140 724	-	Total do Capital Próprio		132 977	-
						Total do Passivo e Capital Próprio		140 724	-

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

O Conselho de Administração


Presidente

Administrador

Administrador

O Técnico Oficial Contas

Maria Idalsisa Martins



Handwritten signature and blue circular stamp of PRG CAPITAL, Sociedade de Capital de Risco, NIF: 278264906.

PRÓ-CAPITAL, SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SOCIEDADE UNIPESSOAL, SA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	<u>2019</u>	<u>2019</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>		
Recebimento de juros e comissões	209	
Pagamento de juros e comissões	(134)	
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(15 496)	
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operac	110	
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	-	
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operaci	<u>(15 311)</u>	
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(50 209)	
Empréstimos e contas a receber	(21 249)	
Outros ativos	(172)	
	<u>(71 630)</u>	
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de instituições de crédito	4 567	
Outros passivos	3 227	
	<u>7 794</u>	
Caixa líquida das atividades operacionais	<u>(79 147)</u>	
<u>Fluxos de caixa de atividades de investimento</u>		
(Aumentos) diminuições nos ativos de investimento:	(21 200)	
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	
Outros ativos tangíveis/Intangíveis	(7 969)	
Dividendos recebidos	-	
Realização de capital	<u>148 824</u>	
Caixa líquida das atividades de investimento	<u>40 508</u>	
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	40 508	
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	-	
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	40 508	

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O Conselho de Administração

Presidente

Administrador

Administrador

O Técnico Oficial Contas

Maria Idalsisa Martins



PRÓ-CAPITAL, SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SOCIEDADE UNIPESSOAL, SA.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2018	2017
Juros e rendimentos similares	16	209	-
Juros e encargos similares	16	(124)	-
MARGEM FINANCEIRA		85	-
Encargos com serviços e comissões	17	(34)	-
Outros resultados de exploração	18	110	-
PRODUTO BANCÁRIO		160	-
Gastos gerais administrativos	19	(4 118)	-
Custos com pessoal	21	(11 378)	-
Amortizações do exercício	9 e 10	(511)	-
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		(15 847)	-
Impostos:			
Correntes	10	-	-
Diferidos	10	-	-
RESULTADO APÓS IMPOSTOS E RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO		(15 847)	-
Ações em circulação		551 000	
Resultado por ação (mCve.)		-0,03	

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O Conselho de Administração

Presidente

Administrador

Administrador

O Técnico Oficial Contas

Maria Idalsisa Martins



Handwritten signature: *Stan Pius*

PRÓ-CAPITAL, SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SOCIEDADE UNIPESSOAL, SA.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Outras reservas e resultados transitados					Total
	Capital	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total	
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	-	-	-	-	-	-
Realização Capital	148 824					148 824
Rendimento integral do exercício de 2	-	-	-	(15 847)	(15 847)	(15 847)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	148 824	-	-	(15 847)	(15 847)	132 977

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O Conselho de Administração

Presidente

Administrador

Administrador

O Técnico Oficial Contas

Maria Idalsisa Martins



1 - NOTA INTRODUTÓRIA

A Pró-Capital, Sociedade de Capital de Risco, Sociedade Unipessoal, S.A. foi constituída em 30 junho de 2017 pelo Decreto-Lei nº 28/2017 e Aviso do BCV nº4/2018 publicado no BO II Série numero 32 de 18 de maio.

A Pró-Capital é uma empresa pública, sob a forma de sociedade anónima, com Capital Social de CVE 551.000.000 realizado pelo Estado. A sociedade rege-se pelas normas legais e regulamentares aplicáveis às sociedades de capital de risco e pela lei que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao Sector Empresarial e as bases gerais do estatuto das empresas públicas.

A Sociedade tem por objeto participar em empresas viáveis, mas em situação financeira difícil, com o propósito de sua recuperação através da participação temporária no respetivo capital social. Adicionalmente, prestar assistência na gestão financeira, técnica, administrativa e comercial às sociedades em cujo capital participe. Investe por períodos de tempo limitados (máximo de 12 anos) e de forma minoritária, não ultrapassando os 49% do capital. As ações são obrigatoriamente colocadas no mercado e alienadas no momento de saída da Pró-Capital caso os acionistas da empresa participada não revelem interesse em adquirir as ações detidas.

Tem como Missão, afirmar-se como uma instituição nacional, sólida, norteada pelo rigor e transparência e reconhecida pelo seu papel na criação e desenvolvimento de empresas, mediante o suprimento de capital e a assistência técnica e financeira na profissionalização da gestão do negócio.

E como Visão impor-se como instituição de promoção do capital de risco em Cabo Verde, contribuindo para a afirmação deste instrumento financeiro e apoiar no desenvolvimento e fortalecimento do tecido empresarial.

Notas Complementares

No dia 10 de outubro de 2019, o Estado, acionista único da Pró Capital e da SDE, mediante Deliberação Unânime determinou a liquidação voluntária da SDE conforme o seguinte:

- Transferência para a Pró-Capital de ativos imobilizados no montante total de CVE 1.361.358 (um milhão, trezentos e sessenta e um mil, trezentos e cinquenta e oito escudos);
- Transferência para a Pró-Capital dos saldos das contas de SDE, no total de CVE 29.763.963 (vinte e nove milhões, setecentos e sessenta e três mil, novecentos e sessenta e três escudos);
- Transferência para a Pró-Capital a atribuição dos futuros recebimentos de créditos ativos e em contencioso anteriormente concedidos pela SDE e sob gestão da Direção Geral do Tesouro no total de 97.738.632, sendo CVE 3.208.679 de crédito ativos e CVE 94.529.953 de crédito em contencioso judicial.

1. RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019

1.1 ENQUADRAMENTO LEGAL DA PRÓ-CAPITAL, SA SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO

O Governo de Cabo Verde, no âmbito do seu programa de melhoria do acesso ao financiamento das empresas privadas e de Start ups de jovens empresários¹, eléu o capital de risco como uma importante fonte alternativa de financiamento para criação, desenvolvimento e expansão das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) nacionais que representam 97% do tecido empresarial nacional.

Apesar da atividade de capital de risco o país ser ainda relativamente incipiente, o Governo reconhece o espaço existente para que este instrumento financeiro contribua de forma significativa para a dinamização do tecido empresarial e a criação de emprego, no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento económico nacional centrada no sector privado e na melhoria do acesso ao financiamento das PMEs.

É assim que o Governo aprovou o DL nº 28/2017 de 30 de junho, alterado pelo DL nº 50/2018 de 20 de setembro, que cria a Pró-Capital, sociedade pública de capital de risco com um capital social de CVE 551.000.000 (quinhentos e cinquenta e um mil contos), ciente do papel do Estado na criação dum enquadramento mais favorável à atividade de capital de risco no país.

A Pró-Capital começou por centrar a sua estratégia numa estreita colaboração com os diferentes agentes públicos e privados do Ecossistema de Financiamento à Economia de forma a explorar as sinergias existentes no âmbito das plataformas económicas do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS).

Nesta senda e em articulação com as demais instituições públicas, Pró-Empresa (capacitação institucional das empresas privadas) e Pró-Garante (fundo de garantia parcial de crédito), a Pró-Capital posicionou-se como o braço financeiro do Ecossistema de Financiamento à Economia privilegiando a modalidade de coinvestimento com investidores privados, instituições financeiras locais e internacionais bem como outros parceiros de desenvolvimento.

De sublinhar que a Pró-Capital foi constituída com o objetivo de realizar participações em empresas com forte potencial de crescimento e desenvolvimento mediante investimento minoritário (49% do capital social) por períodos de tempo limitados (máximo de 12 anos).

Para o efeito a Pró-Capital eleu como ações prioritárias a melhor divulgação do instrumento de capital de risco, a procura de novas oportunidades de negócio e a promoção de fundos de capital de risco.

O presente relatório constitui o primeiro relato das atividades e contas da Pró-Capital

¹ Resolução nº 34 /2017 que cria o Programa Star Up Jovem e define os seus procedimentos de acesso a sua gestão.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base nos princípios básicos aplicáveis a contabilidade, com base nos registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios (ou do acréscimo)

Os custos e proveitos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

b) Instrumentos financeiros

i) ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor acrescido de custos diretamente atribuíveis à transação. Quando do reconhecimento inicial os ativos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

a) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui o crédito titulado a empresas e valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de participações financeiras.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

b) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- ativos financeiros detidos para negociação, os quais englobam essencialmente títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura;
- ativos financeiros classificados como ao justo valor através de resultados. A utilização da “Fair Value Option” implica o registo nesta categoria dos instrumentos financeiros de forma irrevogável no reconhecimento inicial, encontrando-se limitada a situações em que a sua aplicação resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
 - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (“Accounting Mismatch”) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
 - Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas, e informação sobre o grupo seja, distribuída internamente aos órgãos de gestão.
- Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:
 - Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam exigidos pelo contrato;
 - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

A Sociedade regista nesta categoria a generalidade dos instrumentos de capital relativos à atividade de capital de risco, incluindo os casos de instrumentos que tenham associados derivados, nomeadamente o direito ou a obrigação contratual de alienar as participadas no âmbito de Acordos Parassociais celebrados na data da tomada das participações.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”. Os juros são refletidos nas rubricas apropriadas de “Juros e rendimentos similares”.

c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda, que correspondem a ações de empresas, são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação vão ser registados diretamente em capitais próprios, em “Reservas de reavaliação”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registados nas rubricas “Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda” ou “Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações”, respetivamente.

Os dividendos e os rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital” quando é estabelecido o direito da Sociedade ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados na categoria de “ativos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros relativamente aos títulos de rendimento variável não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) é determinado com base em modelos e técnicas internas de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

ii) Imparidade de ativos financeiros

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Sociedade deverá efetuar periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros registrados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual, sendo que os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Concessões de facilidades ao devedor em resultado das suas dificuldades financeiras que não seriam concedidas numa situação normal;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de ativos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda deverão ser registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas diretamente em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pela Sociedade uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para ativos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originados após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidos em “Reservas de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Sociedade efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem ser revertidas.

c) Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o seu montante agregado reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

d) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, incluindo custos ou proveitos diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes passivos são valorizados pelo custo amortizado.

e) Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimentos não são amortizadas, sendo registadas ao custo de aquisição. Periodicamente, são efetuadas avaliações por parte de peritos independentes, de forma a aferir acerca de existência de imparidade nos investimentos.

f) Outros ativos tangíveis

As ativas fixas tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

Anos de vida útil

		<u>Taxa</u>
Equipamento:		
Mobiliário e material	8	12,5%
Material de transporte	4 a 8	14,3%
Equipamento informático	5	20%
Instalações interiores	8	33,3%

Periodicamente deverá ser realizada análises no sentido de identificar evidências de imparidade em ativos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – “Imparidade de ativos”. A imparidade traduz uma perda de valor sofrida pelo ativo devido a fatores externos ou interno à entidade em consequência da sua incapacidade para gerar benefícios económicos. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com

impacto em resultados do exercício, caso em exercícios seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do ativo.

No caso das viaturas tem que se ter em consideração uma estimativa do valor residual do equipamento.

g) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição de software e sistema de informação utilizado no desenvolvimento das atividades da Sociedade. As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

Anos de vida útil

Taxa

Programa e software	3	33,3%
---------------------	---	-------

h) Impostos sobre lucros

Sociedade está sujeita ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 22%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos recativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

f) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Sociedade considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

g) Estimativas contabilísticas críticas e aspetos de julgamentos mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Sociedade. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e outros valores a receber

As perdas por imparidade em contas a receber resultam de uma avaliação específica efetuada pela Sociedade com base no conhecimento da realidade dos devedores e nas garantias associadas às operações em questão.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda

As menos-valias resultantes da valorização destes ativos são reconhecidas por contrapartida das “Reservas de reavaliação”. Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas nas “Reservas de reavaliação” devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjetividade. A Sociedade determina a existência ou não de imparidade nestes ativos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IAS 39, a Sociedade valoriza ao justo valor as participações associadas à atividade do capital de risco. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. No entanto, a determinação do justo valor de instrumentos de capital não cotados reveste-se de subjetividade e incorpora um conjunto relevante de pressupostos pelo que os valores efetivos de realização desses instrumentos poderão vir a ser substancialmente diferentes dos valores registados.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

h) Adoção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

IFRS 9 Instrumentos financeiros

A IFRS 9 Instrumentos Financeiros veio substituir a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração para os períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018 e juntou os três aspetos da contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, imparidade e contabilidade de cobertura.

A IFRS 9 prospectivamente com data de aplicação inicial em 1 de janeiro de 2018. A Entidade não ré expressou a informação comparativa a qual continua a ser reportada de acordo com a IAS 39. A Aplicação desta Norma não teve impacto nas contas.

IFRS 15 rédito de Contratos com Clientes

A IFRS 15 veio substituir a IAS 11 Contratos de Construção, a IAS 18 R dito e as Interpreta es relacionadas com estas normas e aplica-se, com raras exce es, a todo o rédito proveniente de contratos com clientes.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabiliza o do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribui o a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente.

A IFRS 15 requer que o  rgo de gestão faça julgamentos, considerando todos os factos e circunstâncias relevantes quando aplica cada um dos cinco passos do modelo aos contratos com os seus clientes. A norma também especifica como devem ser contabilizados os custos incrementais para a obten o de um contrato e os custos diretamente incorridos no cumprimento de um contrato. Adicionalmente, a norma exige divulga es mais extensas.

A Aplica o desta Norma não teve impacto nas contas.

3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUI ES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2019, esta rubrica   composta por Fundo de caixa e depósitos   ordem constituídos junto dos Bancos nomeadamente, o Banco Comercial do Atlântico, Banco Interatlântico, Caixa Econ mica de Cabo Verde, Banco Cabo-verdiano de Negócios e Banco Angolano de Investimentos.

	2019	2018
Caixa	30	
	<u>30</u>	
Depósitos a ordem		
CECV	3 287	
BAICV	3 801	
BI	4	
BCA	33 336	
BCN	50	-
	<u>40 478</u>	-
	<u>40 508</u>	<u>-</u>

4. ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Título	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço		Variação no justo valor	
			2019	2018	2019	2018
Agrupamento A.C.E. Pró taxi	83,64%	9 200	9 200	-	9 200	-
Hotel HappyDay	12,63%	12 000	12 000	-	12 000	-
			-	-	-	-
			-	-	-	-
			21 200	21 200	-	21 200

Agrupamento A.C.E Pró táxi

Em 2019, a Pró-Capital SA, adquiriu 83,64% do Capital da Sociedade A.C.E Pró-táxi pelo montante total de CVE 9.200.000.

Hotel Happy Day

Em 2019, a Pró-Capital, adquiriu 21% do Capital Social da Sociedade, tendo, no entanto, desembolsado apenas uma parte do valor total (CVE 12.000.000), conforme os termos contratuais.

5. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2019, o saldo desta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2019	2018
Depósitos a prazo	50 000	-
Juros a receber	179	-
	50 179	-

6. EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2019, esta rubrica é integralmente constituída por títulos de dívida de emissores nacionais e apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
Outros créditos e valores a receber (titulados)		
BAI Cabo Verde	21 249	-
	<hr/> 21 249	<hr/> -
Juros a receber	30	-
	<hr/> 21 279	<hr/> -
Imparidade	-	-
	<hr/> 21 279	<hr/> -

Em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica “Juros a receber” inclui CVE 29.690 de juros referente às obrigações da BAI CV.

7. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros ativos tangíveis” nos exercícios de 2019 foi o seguinte:

	2019						
	Saldo em 31.12.2018			Saldo em 31.12.2019			
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Terrenos	-	-			-	-	-
Edifícios	-	-			-	-	-
Grandes Reparações	-	-			-	-	-
Mobiliário e material de escritório	-	-	811	(8)	811	(8)	803
Máquinas e ferramentas	-	-			-	-	-
Equipamento informático	-	-	669	(47)	669	(47)	622
Material de transporte	-	-	5 591	(333)	5 591	(333)	5 259
Equipamento de segurança	-	-			-	-	-
Equipamento de de Transmissão	-	-	8	(8)	8	(8)	-
Outro equipamento	-	-			-	-	-
Em curso	-	-			-	-	-
	<hr/> -	<hr/> -	<hr/> 7 079	<hr/> (395)	<hr/> 7 079	<hr/> (395)	<hr/> 6 684

8. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos “ativos intangíveis” nos exercícios de 2019 foi o seguinte:

PRÓ-CAPITAL SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SOCIEDADE UNIPESSOAL

	2019					
	Saldo em 31.12.2018		Amortizações do exercício	Saldo em 31.12.2019		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas		Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	-	-	-	819	(116)	703

9. ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2019, o valor de ativos por impostos correntes – IVA a recuperar, (CVE 172.315), refere-se a pagamentos efetuados nas prestações mensais do empréstimo Leasing, para os quais existe expectativa que venham a ser recuperados nos próximos exercícios

10. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2019, o saldo desta rubrica inclui um empréstimo Leasing contratado junto do Banco Comercial do Atlântico, S.A. em julho de 2019 no montante de CVE 5.591.304 acrescido do IVA e taxa de juro de seis por cento pelo prazo de quatro anos. O empréstimo destinou-se à aquisição de duas viaturas de representação. O empréstimo será amortizado em 48 prestações mensais no valor CVE 117.928 acrescido do IVA a 15%.

	2019	2018
Empréstimos obtidos:		
Banco Comercial do Atlântico, S.A.		
· Empréstimo Leasing	4 560	-
· Conta corrente caucionada	-	-
· Descoberto bancário	-	-
	<u>4 560</u>	<u>-</u>
Juros a pagar	6	-
	<u>4 567</u>	<u>-</u>

11. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
<u>Encargos a pagar</u>		
Subsídio de férias	1 303	
Outros	-	
<u>Outras exigibilidades</u>		
Imposto sobre o Rendimento – Retenções na fonte	182	
Previdência social	256	
Imposto sobre o valor acrescentado	-	
SOAT - Seguradora	3	
<u>Outros credores</u>		
Donativos recebidos	1 361	
Outros credores	75	
	<u>3 180</u>	

12. OUTRAS RECEITAS COM RENDIMENTOS DIFERIDOS

No exercício de 2019 a Sociedade registou nesta rúbrica o valor de CVE 1.361.358 referente aos ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis, recebidos em forma de doação pela SDE - Sociedade de Desenvolvimento Empresarial, aquando da sua liquidação. O montante registado corresponde ao valor atual desses bens (valor de compra menos as amortizações acumuladas até a data). Os ativos são mobiliários, equipamentos administrativos, equipamentos de transmissão e um software de gestão e contabilidade.

No final da vida útil dos bens esta conta ficará saldada. Os custos das amortizações destes ativos não são aceites fiscalmente e nem os valores das receitas contabilizados.

13. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2019, o capital da Sociedade está representado por CVE 551.000 ações com um valor nominal de mil escudos Cabo-Verdianos, realizado em CVE 148.823.822. A estrutura acionista da Sociedade é a seguinte:

	Número de Ações	%
Estado Cabo Verde	551 000	100,00%
Estado Cabo Verde Por Realizar	(402 176)	
	<u>148 824</u>	<u>100,00%</u>

14. OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2019, as rubricas de capital próprio têm a seguinte composição:

	2019	2018
Outras reservas e resultados transitados:		
. Reserva legal	-	-
. Resultados transitados	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado do exercício	(15 847)	-
	<u>(15 847)</u>	<u>-</u>

15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2019, a Sociedade está sujeita ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 22%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado.

No exercício 2019 a Sociedade apurou um valor negativo de (CVE 15.846.737). O Código do IRPC prevê que os prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores apurados no âmbito do IRPC podem ser deduzidos nos 7 exercícios seguintes.

16. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica têm a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Juros e rendimentos similares		
· Outros créditos e valores a receber - titulados		-
De outros residentes	30	
Juros de aplicações em instituições de crédito		
· No país	179	
	<u>209</u>	<u>-</u>
Juros e encargos similares		
· Juros de empréstimos bancários	124	
· Outros	-	-
	<u>124</u>	<u>-</u>
	<u>85</u>	<u>-</u>

17. RENDIMENTOS/ ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Rendimentos de serviços e comissões	0	
Encargos com serviços e comissões	34	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>34</u>	<u>-</u>

18. RENDIMENTOS/ ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Outros proveitos de exploração		
· Donativos recebidos	120	-
Outros custos de exploração		-
· Outros impostos	10	-
	<u>110</u>	<u>-</u>

19. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Consultores e Auditores Externos	316	-
Água e eletricidade	254	-
Rendas e Aluguer	762	-
Publicidade e edição de publicações	198	-
Conservação e reparação	79	-
Comunicações e despesas de expedição	245	-
Combustíveis	136	-
Seguros	84	-
Serviços de limpeza	14	-
Impressos e material de consumo corrente e outros	163	-
Despesas de representação, deslocação e estadias	1 414	-
Formação	68	-
Outros	386	-
	<u>4 118</u>	<u>-</u>

20. CUSTOS COM PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Remunerações de empregados	5 664	-
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	4 514	-
Encargos sociais obrigatórios	1 199	-
Outros	-	-
	<u>11 378</u>	<u>-</u>

As outras rubricas que compõe a **Demonstração de Resultados** são as Amortizações do exercício 2019 totalizando o montante de CVE 513.000, Encargos com serviços e comissões no montante de CVE 33.800 e outros Resultados de exploração totalizando o valor de CVE 111.673.

21. PARTES RELACIONADAS

Os Principais saldos e transações ocorridos em 2019 entre a Sociedade e partes relacionadas sumarizam-se no quadro seguinte:

<u>2019</u>			
<u>Pró-Capital, SA</u>			
ATIVO	%	Valor 2019	Valor 2018
	Participação	<u>21.200</u>	-
Agrupamento A.C.E Pró Táxi	83,64%	9 200	-
Hotel Happy Day, Sociedade	12,63%	12 000	-

PASSIVO	<u>1.361</u>	-
Outros Credores		
Donativos recebidos	1.361	-
RENDIMENTOS	<u>120</u>	-
Outros proveitos de exploração		
Donativos recebidos	120	-

Passivo – Donativos recebidos, dizem respeito aos valores totais dos ativos imobilizados recebidos da SDE – Sociedade de desenvolvimento Empresarial, em outubro de 2019, conforme Deliberação Unânime por escrito.

A rubrica **Rendimentos**, corresponde a imputação dos valores das amortizações dos donativos recebidos no final do período.

23. INFORMAÇÃO RELATIVA A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Sociedade

O principal risco a que a Sociedade se encontra exposta é o risco de variação no justo valor dos seus investimentos em participações financeiras e empréstimos. Este risco é gerido através de procedimentos de análise e aprovação de novas entradas no capital, e de procedimentos de acompanhamento frequente e regular da atividade das participadas.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que englobam as divulgações relativas aos restantes riscos que a Sociedade se encontra exposta.

Risco cambial

Todos os ativos e passivos da Sociedade encontram-se expressos em Escudos de Cabo Verde, pelo que a Sociedade não está exposta a risco cambial.

Risco de liquidez

Risco de liquidez corresponde ao risco de a Sociedade ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser refletido, por exemplo, na incapacidade de a Sociedade alienar um ativo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor.



Risco de taxa de juro

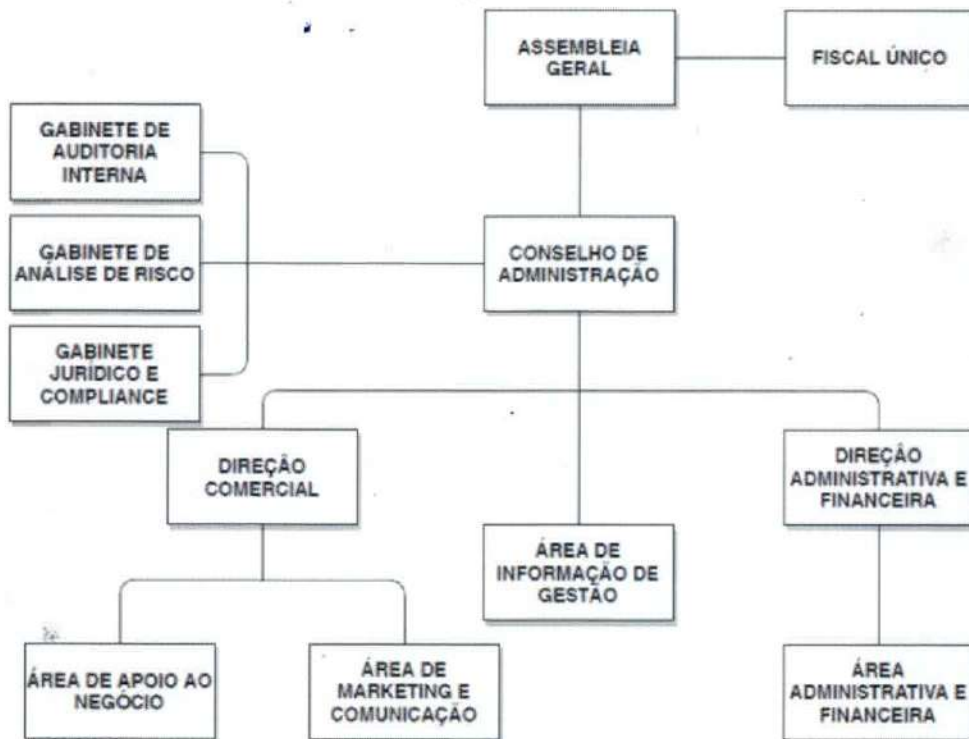
Risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro, se alterar em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Justo valor

As participações financeiras encontram-se já valorizadas ao justo valor. Conforme acima referido relativamente ao risco de taxa de juro, os restantes ativos e passivos remunerados vencem juros a taxas de mercado. Face ao exposto, a Sociedade considera que o valor de balanço dos seus ativos e passivos financeiros, constitui uma aproximação fiável ao respetivo justo valor.

ANEXO II: RECURSOS HUMANOS

A Pró-Capital apresenta a seguinte organigrama:



- a. **Assembleia Geral**, com dois membros, sendo um deles Presidente. Este órgão reúne-se ordinariamente duas vezes por ano. De entre seus poderes estatuídos, destacam-se, o de aprovar os instrumentos previsionais, o de prestação de Contas e de gestão da sociedade em cada fim de exercício e o de eleger os membros do Conselho de Administração.
- b. **Conselho de Administração**, com três membros sendo um deles Presidente. De entre os poderes estatuídos, destacam-se a gestão corrente da sociedade, zelar pelas boas práticas de gestão, procurando criar valor, decidir em matérias de investimentos e desinvestimentos.
- c. **Fiscal Único** que tem como missão fiscalizar a gestão da Sociedade.
- d. **Auditor Interno** que é responsável por garantir o cumprimento dos regulamentos, normas e procedimentos de controlo interno.

A Equipa Técnica é composta por cinco técnicos superiores, três administrativos e um condutor. A Pró-Capital é dividida por dois departamentos: Comercial e Administrativo e Financeiro.

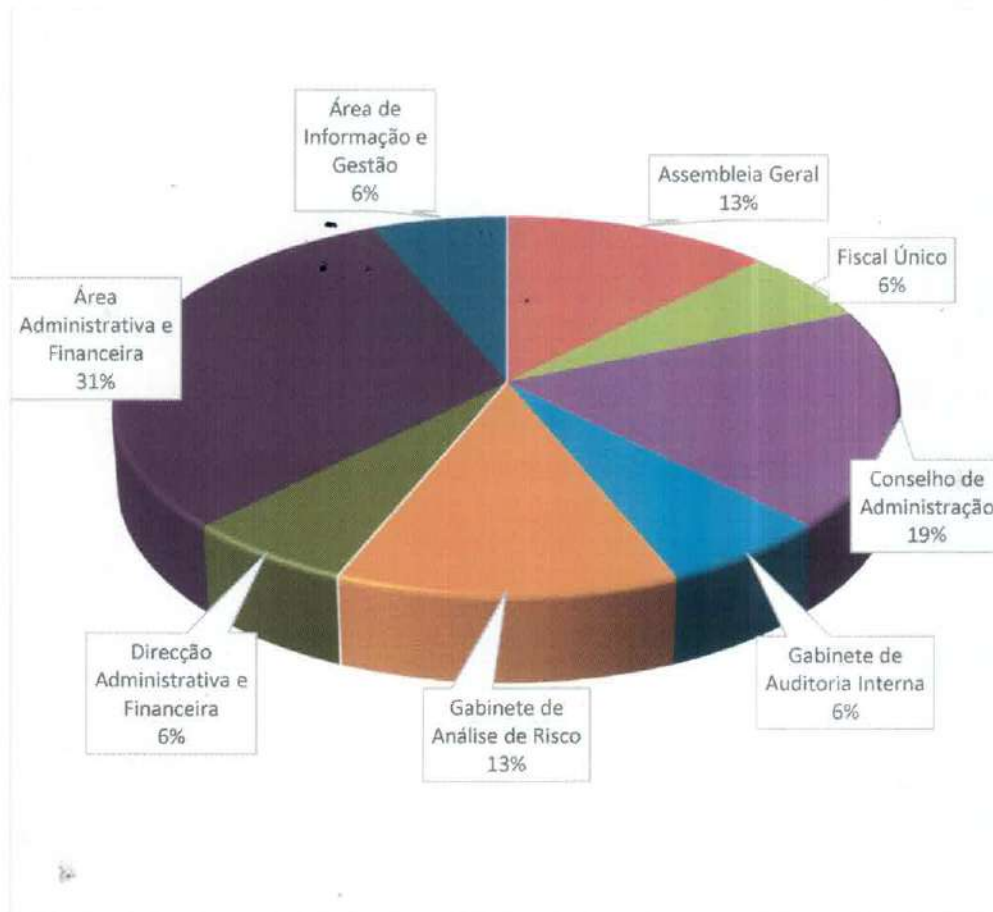


O Departamento Administrativo e Financeiro (DAF) é o responsável pela gestão administrativa, financeira e patrimonial da Pró-Capital. Cabe ao DAF preparar e acompanhar a execução do orçamento, apresentar os relatórios e contas da instituição, prestar contas ao Departamento de Supervisão Microprudencial do Banco de Cabo Verde, ao Tribunal de Contas e à Unidade de Acompanhamento do Sector Empresarial do Estado. Para o efeito deve estruturar um sistema de informação para a gestão e acompanhar a sua implementação e definir padrões de rendibilidade dos departamentos e unidades orgânicas e funcionais. Compete, ainda, à DAF assegurar o acompanhamento da execução do plano de tesouraria e a análise da evolução das principais rubricas, quer dos custos quer dos proveitos, com recurso ao Sistema de Gestão Integrada (SIG) em uso na empresa.

O Departamento Comercial é responsável pela análise de projetos e emissão de pareceres para sustentar as decisões do Conselho de Administração. Cabe ainda ao mesmo, sob coordenação do Administrador com função executiva analisar informações e demonstrações financeiras das participadas no âmbito do acompanhamento das participações.

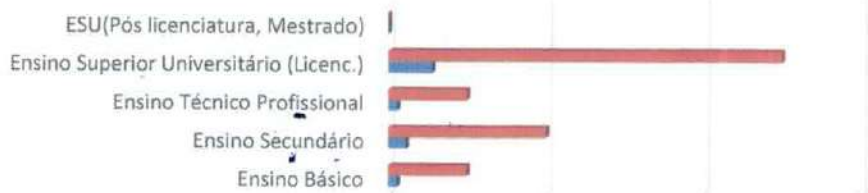
BALANÇO SOCIAL

	%	FEM.	MASC.	TOTAL
Assembleia Geral	13%	0	2	2
Fiscal Único	6%	0	1	1
Conselho de Administração	19%	2	1	3
Gabinete de Auditoria Interna	6%	0	1	1
Gabinete de Análise de Risco	13%	1	1	2
Gabinete Jurídico e Compliance	0%			0
Direcção Comercial	0%			0
Direcção Administrativa e Financeira	6%	1	0	1
Área Administrativa e Financeira	31%	4	1	5
Área de Informação e Gestão	6%	0	1	1
Área de Apoio ao Negócio	0%			0
Área de Marketing e Comunicação	0%			0
	100%	8	8	16
		50%	50%	



POR HABILITAÇÕES ACADÉMICAS	%	Nº Func.
Ensino Básico	11%	1
Ensino Secundário	22%	2
Ensino Técnico Profissional	11%	1
Ensino Superior Universitário (Licenc.)	56%	5
ESU(Pós licenciatura, Mestrado)	0%	0
	100%	9

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS



	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Técnico Profissional	Ensino Superior Universitário (Licenc.)	ESU (Pós licenciatura, Mestrado)
■ Nº Func.	1	2	1	5	0
■ %	11%	22%	11%	56%	0%

POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

As remunerações dos Órgãos Sociais e as regalias concedidas são definidas pela Assembleia Geral com representação do acionista único, o Estado de Cabo Verde.

As remunerações dos colaboradores seguem a prática vigente na sociedade e são definidas pelo Conselho de Administração.

As demais normas concernentes ao pessoal encontram-se plasmadas no Estatuto do Pessoal e no Manual de Normas e Procedimentos em vigor na sociedade.

	2019	2018
Remunerações de Colaboradores	5 664	-
Remunerações do Conselho de Administração	4 334	-
Remunerações dos Membros da AG	57	-
Remunerações Fiscal Único	180	-
Remunerações Auditor Interno (5 meses)	176	-

O Conselho de Administração

Presidente

Administrador

Administrador

O Técnico Oficial Contas



ANEXO III - RELATÓRIO DE AUDITORIA E PARECER DO FISCAL ÚNICO

